



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ - UFOPA  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SOCIEDADE - ICS  
PROGRAMA DE ANTROPOLOGIA E ARQUEOLOGIA – PAA  
BACHARELADO EM ANTROPOLOGIA**

**MAYKON JHONNY VIEIRA CARVALHO**

**EXPERIÊNCIAS DE UM ANTROPÓLOGO APRENDIZ EM UM ESTUDO DE  
COMPONENTE QUILOMBOLA EM ÓBIDOS, PARÁ**

**SANTARÉM  
2020**

**MAYKON JHONNY VIEIRA CARVALHO**

**EXPERIÊNCIAS DE UM ANTROPÓLOGO APRENDIZ EM UM ESTUDO DE  
COMPONENTE QUILOMBOLA EM ÓBIDOS, PARÁ**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Programa de Antropologia e Arqueologia para obtenção grau de Bacharelado em Antropologia; Universidade Federal do Oeste do Pará, Instituto de Ciências da Sociedade.

Orientadora: Profa. Dra. Luciana Gonçalves de Carvalho.

**SANTARÉM  
2020**

**MAYKON JHONNY VIEIRA CARVALHO**

**EXPERIÊNCIAS DE UM ANTROPÓLOGO APRENDIZ EM UM ESTUDO DE  
COMPONENTE QUILOMBOLA EM ÓBIDOS, PARÁ**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Programa de Antropologia e Arqueologia para obtenção grau de Bacharelado em Antropologia; Universidade Federal do Oeste do Pará, Instituto de Ciências da Sociedade.  
Orientadora: Profa. Dra. Luciana Gonçalves de Carvalho.

Conceito: \_\_\_\_

Data de Aprovação: 14/05/2020

---

PRESIDENTE: Profa. Dra. Luciana Gonçalves de Carvalho  
Universidade Federal do Oeste do Pará

---

AVALIADORA: Profa. Dra. Lucybeth Camargo de Arruda  
Universidade Federal do Oeste do Pará

---

AVALIADORA: Profa. Me. Raquel Araújo Amaral  
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

Dedico este trabalho de forma muito especial, às pessoas das comunidades por onde realizei o estudo. São comunidades hospitaleiras que me receberam com alegria e proatividade tornando assim minha pesquisa mais abrangente e eficaz.

## **AGRADECIMENTO**

A trajetória foi longa e nesse período tive que desconvir diversas atividades, inclusive, profissionais. Mudei de cidade, de rotina, me afastei dos amigos e familiares. Sou grato a Deus e minha família, que mesmo distante não hesitaram no apoio, mantendo-me firme na academia. Agradeço minha orientadora professora Dra. Luciana Carvalho que aceitou esse desafio, a coordenadora do curso de antropologia professora Dra. Carla Ramos Munzanzu que muito gentilmente, nos dias difíceis parou para me ouvir, e de alguma forma procurou me ajudar, e todos os professores que tive ao longo dos estudos na Universidade.

De modo especial quero agradecer novamente professora Dra. Luciana Carvalho, dessa vez como docente de uma disciplina no qual me fez conhecer o tema que discorro no presente trabalho. Também deixo meus sinceros agradecimentos ao Engenheiro Florestal, sr. Leonardo Gomes Santana e ao Professor Dr. Carlos Alexandre Plínio Barbosa dos Santos, coordenadores do Estudo de Componente Quilombola (ECQ) onde realizei o estágio que me cativou à área de Licenciamento Ambiental (LA) em comunidades tradicionais. Suas experiências e sugestões me apresentaram inspiração para um futuro profissional. Agradeço aos Senhores, Douglas Sena e Davi Ferreira, ambos do Território Quilombola (TQ) Arapucu, pelos ensinamentos e beneficências a mim concedido.

## RESUMO

Esta pesquisa relata uma experiência de ECQ nos TQ's de Arapucu e Muratubinha, em Óbidos-PA. TQ de Arapucu é composto somente por uma comunidade de nome Arapucu, enquanto o TQ de Muratubinha é composto por 4 (quatro) comunidades, Mondongo de baixo, Mondongo de cima, Igarapé Açú do Lopes e Muratubinha, que foi a segunda comunidade pesquisada. O estudo de campo faz parte de uma das etapas necessárias para a implantação de um empreendimento que causará impactos diretos nas 2 (duas) comunidades pesquisadas. Foram aplicadas as pesquisas quantitativas e descritivas com intento de maior compreensão econômica, social e ambiental. De posse do material coletado em campo, foi buscado orientação acadêmica para escrever e ler as bibliografias do contexto.

**Palavras-chave:** Território    Quilombola.    Comunidade.    Antropologia.

## **ABSTRACT**

This research reports an experience of ECQ in the TQ's of Arapucu and Muratubinha, in Óbidos-PA. TQ de Arapucu is composed of only one community named Arapucu, while TQ de Muratubinha is composed of 4 (four) communities, Mondongo from below, Mondongo from above, Igarapé Açú do Lopes and Muratubinha, the second researched community. The field study is part of one of the necessary steps for the implementation of a project that will have a direct impact on the 2 (two) communities surveyed. Quantitative and descriptive surveys were applied with the aim of greater economic, social and environmental understanding. With the material collected in the field, academic guidance was sought to write and read the bibliographies of the context.

**Keywords:** Quilombola Territory. Community. Anthropology.

## ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Mapa da área do estudo.....	22
Figura 2: Rota Muratubinha-Óbidos.....	25
Figura 3: Fluxo de transporte de cargas no Rio Amazonas.....	25
Figura 4: Igreja de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro .....	27
Figura 5: Lago Arapucu e, ao fundo, o centro comunitário .....	27
Figura 6: Residência de Dona Antônia.....	32
Figura 7: Ornamentação do mastro com palha .....	32
Figura 8: Adicionando frutas ao mastro .....	32
Figura 9: Condução do mastro para enfiar.....	32
Figura 10: Elevação do mastro.....	32
Figura 11: Mastro elevado .....	32
Figura 12: Panelão com galinha caipira.....	33
Figura 13: Mesa servida para almoço .....	33
Figura 14: Procissão de São Tomé .....	34
Figura 15: Preparativos para derruba do mastro.....	34
Figura 16: Derruba do mastro.....	34
Figura 17: Devoção a são tome .....	34
Figura 18: Indumentária da foliã com folhas de maniva.....	34
Figura 19: Bumbo artesanal.....	34
Figura 20: Tocando teclado na festa de São Tomé .....	35
Figura 21: Venda de mini-bom.....	38
Figura 22: Moedas antigas encontradas por moradores.....	38
Figura 23: Sr. Marivaldo apresentando .....	38
Figura 24: Zagaia, para pesca de peixes de pequeno porte .....	38
Figura 25: Sítio da família Sena .....	38
Figura 26: Paredão por onde escorre água da nascente.....	39
Figura 27: Sr. Manoel e família.....	39
Figura 28: Crianças desenhando durante uma reunião .....	40
Figura 29: Lanche.....	40
Figura 30: Estrutura na reta guarda do Forte de Óbidos.....	43
Figura 31: Mirante para o Rio Amazonas.....	43
Figura 32: Catedral de Sant'Anna.....	43
Figura 33: Centro Comunitário.....	46
Figura 34: Balde com água para lavar pé.....	49
Figura 35 Artefatos arqueológicos.....	50

## ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1: Etapas do licenciamento ambiental.....	18
Quadro 2: Identificação do empreendimento e das empresas envolvidas.....	21
Quadro 3: Impactos previstos em Arapucu.....	42
Quadro 4: Organização e divisão de tarefas.....	47
Quadro 5: Termos do vocabulário local.....	52
Quadro 6: Impactos previstos em Arapucu.....	53

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>9</b>
<b>2. ESTUDO DO COMPONENTE QUILOMBOLA.....</b>	<b>17</b>
2.1. Noções básicas de licenciamento ambiental.....	17
2.2 O lugar do Estudo do Componente Quilombola no licenciamento.....	19
2.3 O contexto do ECQ.....	21
<b>3 O ESTUDO DO COMPONENTE QUILOMBOLA DE ARAPUCU.....</b>	<b>27</b>
3.1 Primeiro contato com a comunidade Arapucu.....	27
3.2 Pausa para festa.....	30
3.3 Rotina de trabalho no ECQ.....	35
3.4 A inesperada mata fechada.....	41
3.5 Conclusões do ECQ do Arapucu.....	42
<b>4 O ECQ EM MURATUBINHA.....</b>	<b>45</b>
4.1 O primeiro contato com Muratubinha.....	45
4.2 Rotina de trabalho.....	48
4.3 Conhecendo um pouco a cultura local.....	50
4.4 Reuniões diárias.....	51
4.5 Conclusões do ECQ de Muratubinha.....	53
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>54</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>56</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Tudo surgiu quando cursei uma disciplina optativa chamada “Laudos e perícias antropológicas”, no período letivo de 2019.1, no curso de bacharelado em antropologia ofertado pela Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA). Estando na reta final da formação, até então não havia me identificado muito com as áreas temáticas exploradas no curso. Exceção havia sido o campo da antropologia jurídica, que cursara junto a uma turma de direito, no bacharelado deste curso. As várias maneiras como temas jurídicos e direitos podem ser abordados pela antropologia direcionaram minha atenção e o interesse pelas disciplinas de “Laudos”.

Foi no período dessa disciplina que fui a campo pela primeira vez, depois de algumas aulas em sala com a professora Luciana Carvalho e com alguns de seus convidados — profissionais dos meios antropológico e jurídico, e servidores de instituições como a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e a Polícia Federal (PF), que tinham experiências de trabalho em processos jurídico-administrativos envolvendo direitos de povos e comunidades tradicionais. Assim, meu primeiro contato com o campo foi antecedido e sucedido por leituras e debates sobre diferentes tipos de processo: regularização de territórios quilombolas, demarcação de terras indígenas, acesso e uso de recursos naturais em unidades de conservação e licenciamento ambiental, que ainda viria a ser o tema deste TCC.

A ida a campo era uma atividade da disciplina, que envolvia todos os alunos, então seguimos todos juntos para a comunidade indígena de Ipaupixuna (localizador: 2°32'53.92”S 54°20'09.21”O), que fica na grande área do planalto santareno — uma região do interior do município que é mais elevada em relação à sede da cidade. Lá havia uma reunião da comunidade, e ao encerramento dela pudemos nos apresentar.

Ao nos reunirmos com os comunitários, ouvimos o Cacique Manoel fazer várias colocações sobre as pressões e ameaças enfrentadas na região, principalmente devido à presença de sojicultores que estão em constante busca por mais terras para o avanço de suas produções. Consequentemente, o desmatamento na área ocupada pela comunidade tem trazido muitos prejuízos aos indígenas. Um

deles está relacionado ao afugentamento das caças, o que exige deslocamentos maiores e ameaça a subsistência da população local.

Além dos conflitos, algo que me chamou atenção foram os comentários explícitos do Cacique Manoel sobre suas dúvidas e até desconfianças quanto a antropólogos. Ele citava antropólogos que por lá já tinham ido fazer estudos cujos resultados não foram benéficos para a comunidade. Eu ficava muito atento a tudo que estava acontecendo, pois era uma atividade avaliativa para a disciplina em contexto real, era como brincar de “polícia e ladrão” com armas de fogo mesmo. Posteriormente, eu iria apresentar junto com meu grupo um relatório final desse evento, com foco em uma temática escolhida por nós, embasada nos conflitos atuais da comunidade.

A partir desse contato com o Ipaupixuna, meu entusiasmo com a antropologia em situações de conflitos e lutas por direitos só aumentava. O conteúdo caía em meus ouvidos a fácil modo de interpretação, e, ao voltar para a academia, reflexionei nessa área uma possibilidade de continuar na antropologia. Porém a disciplina terminou e tudo ficou estagnado para mim até que, no final de 2019.2, minha colega Paula Pires — que também havia cursado a disciplina de “Laudos”, me perguntou se eu tinha interesse em fazer um estágio de campo no município de Óbidos, na área de licenciamento ambiental. Obviamente, minha resposta foi sim.

Posteriormente, a professora Luciana entrou em contato comigo para confirmar meu interesse. Foi quando soube que ela estava apenas fazendo uma conexão com um grupo de pesquisadores contratados para realizar um estudo em comunidades quilombolas de Óbidos, que passariam por um processo de licenciamento ambiental. Ou seja, não era a professora que estava realizando o trabalho no qual eu poderia estagiar. Ela apenas apontava sugestões de alunos para a empresa que iria contratar estudantes de antropologia da UFOPA para um estágio remunerado.

Depois de algumas semanas, no dia 21/01/2020, Leonardo Gomes Santana, engenheiro florestal e coordenador de campo no referido trabalho, entrou em contato comigo para saber se eu estava realmente disposto a ir a campo. Após o meu sim, marcamos uma reunião no dia 22/01/2020, na qual eu passaria por uma entrevista, mas acabou sendo uma apresentação de tudo que iria acontecer a partir de então. De antemão, eu havia levado algumas perguntas para fazer ao Leonardo, porém

não foi necessário. Ele me explicou detalhadamente, passo a passo, sobre o trabalho, questões técnicas, logísticas, remuneração e minhas atribuições como um estagiário.

Tratava-se de um ECQ, que é obrigatório nos processos de LA que incidem em áreas ocupadas por Comunidades Remanescentes Quilombolas (CRQ). De acordo com o ECQ Dossel 2020, a portaria Interministerial no 60/2015 determina que o ECQ deve ser realizado caso o empreendimento seja instalado possam ocasionar impacto socioambiental direto ou indireto nas comunidades quilombolas, numa distância de até 8 km para construção de linha de transmissão na Amazônia Legal, objetivando subsidiar a proposta de medidas de mitigação e controle de impactos socioambientais decorrentes de empreendimentos e atividades na abrangência de territórios quilombolas. (CARVALHO 2018, p.523)

Estudos técnicos de Avaliação de Impacto Ambiental (AIA) em diferentes escalas fazem parte dos procedimentos preliminares do licenciamento ambiental, obrigatório para instalação de empreendimentos ou de atividades com potencial de poluição ou de degradação do meio ambiente.

Eu não sabia praticamente nada do assunto ou do tipo de estudo em que ia colaborar, apesar de este ter sido um dos temas vistos na disciplina “Laudos”. Entre a teoria e a prática, evidentemente, havia uma lacuna de entendimento que, de alguma forma, eu deveria superar. Foi então que Leonardo me apresentou o cronograma de atividades em campo, com duração de 20 dias, e de forma sintética me explicou que se tratava do empreendimento de implantação de uma linha de transmissão levando energia da cidade de Oriximiná-PA, passando por Juruti-PA, chegando até Parintins-AM. Esse linhão iria passar próximo do TQ Arapucu e dentro do TQ Muratubinha, precisamente acima da comunidade de Muratubinha, pertencente ao município de Óbidos-PA.

Leonardo deixou claro que existem leis federais que amparam as comunidades quilombolas e que, para o empreendimento acontecer, seria necessário o ECQ. Assim, ele explicou que seria um estudo de caracterização ambiental, econômica e cultural dos territórios afetados pelo empreendimento, o qual seria conduzido por uma empresa terceirizada, contratada pelo empreendedor. Além desta fase de pesquisa, que antecederia a Licença Prévia (LP) do empreendimento,

poderia haver necessidade de complementações nas fases posteriores de Licença de Instalação (LI) e Licença de Operação (LO) do linhão. (LOBAO 2016, p.3)

O empreendedor, através das empresas de engenharia ambiental que desenvolvem o EIA/RIMA ou de outro procedimento de escolha, apresenta à FUNAI o nome de um antropólogo, que deve ter experiência junto ao povo potencialmente afetado e não ter pendências na FUNAI de estudos anteriores de qualquer natureza. Na FUNAI, o antropólogo responsável pela emissão do TR pode recusar o nome indicado, a partir das condições pré-estabelecidas. O antropólogo indicado, e aceito pela FUNAI para conduzir o ECI, deve apresentar antes de iniciar suas atividades um Plano de Trabalho (PTR) no qual indicará, entre outros aspectos, a equipe de trabalho, a metodologia e as referências teóricas que nortearão o estudo, a maneira como pretende realizar o estudo junto as comunidades interessadas.

Entendida minha função nesta primeira etapa, comprometi-me com o trabalho. No dia 23/01/2020 Leonardo, Carlos Alexandre Plínio Barbosa dos Santos, antropólogo coordenador de ECQ, e Francione Santos, estagiária e minha colega estudante de antropologia, embarcam no navio com destino a Óbidos. Por motivo de outro compromisso não pude viajar junto com a equipe, embarcando somente na manhã do dia seguinte, na lancha Tapajós Expresso Hidroviário onde Leonardo havia reservado minha passagem no dia anterior. Comigo levei: garrafa térmica, bolsa térmica, bota, facão, chapéu, rancho (uma vez sabendo que iria passar dias fora de casa, necessidade alimentícia jamais sucederia), extensão de energia e muita empolgação. Durante a viagem, de forma rápida li um arquivo de 27 páginas falando basicamente sobre LA, que a professora Luciana havia me enviado.

Chegando a Óbidos às 13:30, após três horas de viagem, fui caminhando para o hotel Amazônia Center, que fica a 200 metros do porto Companhia Docas do Pará (CDP), onde a lancha ancorou. Com bastante “tralhas” (bagagem) cheguei ao hotel e, ao encontrar Leonardo, ele me perguntou: “Como eles [funcionários da lancha] permitiram que você viajasse portando arma branca”? Confesso que fiquei meio sem saber o que responder, pois aqui na região é muito comum andar com facão na bainha, e o objetivo desse instrumento era apenas facilitar as andanças pela mata que viriam nos dias futuros.

Falo muito no Leonardo, não é? Finalmente conheci o Carlos, e posteriormente reencontrei Francione. Logo depois, fomos almoçar. Só que, na saída, o carro (um FIAT Argo que Leonardo alugou em Santarém para nos ajudar na

locomoção durante as atividades) não funcionou, e, como já passava das 15 horas, a possibilidade de encontrarmos almoço era cada vez menor. Pedimos auxílio para o proprietário do hotel, Seu Bené, que chamou um mecânico para resolver o problema do carro enquanto almoçávamos.

Durante nosso primeiro almoço juntos, em um ambiente simples, situado na Av. Siqueira Campos, a uns 500 metros do hotel, eu estava muito curioso, queria saber sobre Carlos Alexandre, que além de coordenar o ECQ é professor de Antropologia na Universidade de Brasília (UnB). Minha primeira impressão de sua pessoa foi de que era um intelectual, com várias formações acadêmicas, o que se confirmou mais tarde. A refeição foi servida, e pouco falamos; a atenção maior foi para a comida, pois era tarde, o horário do almoço já havia passado e todos estavam com muita fome. Nesse primeiro momento de convívio com a equipe, compreendi que os trabalhos a serem realizados não seriam tão simples quanto pareciam.

Primeiro, porque o próprio processo que demanda a realização do ECQ em Óbidos é bastante difícil para a população do TQ que seria afetado diretamente ou indiretamente pelo linhão. Neste sentido, há que se considerar conflitos que envolvem os processos de LA (seja entre comunidades e empresas/governos, seja entre as próprias comunidades) em geral, e tendem a se refletir nas condições de trabalho dos antropólogos envolvidos nos estudos.

Segundo, porque há questões éticas importantes a considerar. De acordo com o código de ética da Associação Brasileira de Antropologia (ABA), criado na gestão 1986/1988 e alterado na gestão 2011/2012, entre os direitos dos antropólogos e das antropólogas incluem-se:

1. Direito ao pleno exercício da pesquisa, livre de qualquer tipo de censura no que diga respeito ao tema, à metodologia e ao objeto da investigação.
2. Direito de preservar informações confidenciais.
3. Os direitos dos antropólogos devem estar subordinados aos direitos das populações que são objeto de pesquisa e têm como contrapartida as responsabilidades inerentes ao exercício da atividade científica.<sup>1</sup>

Por outro lado, o código de ética da ABA também enumera direitos das populações que são objeto de pesquisa, entre os quais:

1. Direito de ser informadas sobre a natureza da pesquisa.

---

<sup>1</sup> <http://www.portal.abant.org.br/codigo-de-etica/>

2. Direito de recusar-se a participar de uma pesquisa.
3. Garantia de que a colaboração prestada à investigação não seja utilizada com o intuito de prejudicar o grupo investigado.
4. Direito de acesso aos resultados da investigação.<sup>2</sup>

Como os processos de LA são conflituosos por natureza e prenunciam riscos de impactos negativos para as comunidades afetadas pelos empreendimentos que os motivam, como garantir que resultados dos estudos não sejam utilizados com o intuito de prejudicar o grupo investigado? Não me refiro a maus usos intencionais ou não por parte dos antropólogos — embora isso ocorra, como narrou o Cacique Manoel, de Ipaupixuna — mas ao usos que empresas/governos interessados nos empreendimentos poderão fazer dos estudos produzidos pelos antropólogos — o que acaba por deixar estes profissionais mais expostos a conflitos e desconfianças. Afinal, o antropólogo que trabalha no processo de LA trabalha para quem? Para a comunidade? Para a empresa/governo que visa o empreendimento? Questões como essas não são fáceis, e creio que os formandos em antropologia não estejam preparados para elas ao concluírem o curso. No entanto, tive que me confrontar com elas.

Outro desafio encontrado na experiência de estágio no ECQ se referiu aos métodos e técnicas de pesquisa. Ao longo do curso de graduação li etnografias; mas, como não tive oportunidade de fazer trabalho de campo até o ECQ, não tinha intimidade com a prática da participação em reuniões, da observação participante, das entrevistas e outras técnicas geralmente usadas nas pesquisas etnográficas. A propósito das entrevistas, em especial, foi em campo no ECQ que pude entender seus diferentes tipos: estruturada, pautada na aplicação de questionário; semiestruturada, espécie de entrevista na qualidade de jornalista; e livre, tal como uma conversa informal — conforme explicações resumidas do professor Carlos Alexandre.

Havia ainda outro aspecto: não se tratava exatamente de uma etnografia, mas de um tipo de pesquisa curta e voltada para muitos elementos simultaneamente, que se servia de métodos e técnicas não estudados no curso de antropologia, os quais passo a elencar:

---

<sup>2</sup> <http://www.portal.abant.org.br/codigo-de-etica/>

1. **Calendário Sazonal:** em um papel pardo grande, eram montados os doze meses do ano, e os moradores indicavam como distribuíam suas atividades em cada mês/período.
2. **Círculo de Relações:** novamente em um papel grande anexado na parede, as pessoas citavam os nomes de instituições municipais, estaduais, federais e religiosas, Organizações não governamentais (ONG's), empresas e todos os órgãos que possuem relação direta ou indireta com seu território. Após a citação do nome, que era dado um de cada vez, indicavam o tamanho da instituição, cada uma delas representada por um círculo pequeno, médio ou grande. Conforme a importância da relação com cada comunidade, esses círculos eram dispostos no entorno de um círculo central, representando a comunidade.
3. **FOFA - Fortaleza, Oportunidade, Fraqueza e Ameaça:** Nessa atividade expunha-se um cartaz com as letras F, O, F e A, exatamente como diz o nome da dinâmica. Trata-se de uma matriz que ajuda a visualizar os problemas e os potenciais, bem como caminhos para solucioná-los ou potencializá-los.
4. **Matriz de Impactos:** Nessa atividade, as pessoas falavam os impactos positivos e negativos que vislumbravam a partir da implantação do empreendimento. Paralelamente a isso, a equipe apresentava programas correlacionados aos impactos mencionados.
5. **Mapa Falado:** Uma atividade com total participação dos quilombolas. Com um mapa em branco do TQ desenhado por Carlos, os moradores foram localizando os pontos das práticas exercidas por eles, tais como; áreas de pesca, de coleta extrativista, de caça, de criação, de roça, reservas e outros.

Por fim, enfrentei o desafio de, já no último semestre do curso de Antropologia, mudar completamente o tema do meu TCC. Até ir para Óbidos, eu desenvolvia pesquisa sobre música e músicos na região, ou seja, tinha um projeto de trabalho voltado para uma temática bastante distante desta que ora apresento. No entanto, faltava-me a experiência do trabalho de campo, que é tão valorizada na área de conhecimento que escolhi. Assim, mesmo com o prejuízo de não ter

acumulado leituras e conhecimentos teóricos sobre experiências antropológicas em processos de licenciamento, investi na mudança de tema de TCC e, desde fevereiro de 2020, passei a elaborá-lo.

Neste trabalho, portanto, narro meu percurso e minhas experiências no ECQ realizado no TQ Arapucu e no TQ Muratubinha, Óbidos, no Oeste do Pará. O texto contém quatro capítulos além deste, correspondente a esta introdução. O capítulo 2 traz informações sobre processos de LA em geral, com ênfase nas suas etapas, e sobre o licenciamento do empreendimento em questão, em Óbidos. O terceiro e o quarto capítulos apresentam relatos e resultados da minha participação no ECQ, com recorte de duas comunidades: Arapucu e Muratubinha, que deverão ser mais afetadas pelo linhão. O capítulo 5 encerra o trabalho, com algumas considerações possibilitadas por toda a experiência vivida, mas que, ao invés de trazerem conclusões, abrem para novas indagações que podem ser exploradas no futuro. Um caderno de fotos consta como apêndice, a fim de dar ao leitor uma visão do local.

## **2 ESTUDO DO COMPONENTE QUILOMBOLA**

Neste capítulo apresento a sistemática básica dos processos de LA no Brasil, fazendo referência especial àqueles que exigem a elaboração do ECQ. Em seguida, exponho informações básicas acerca do ECQ realizado em Óbidos, bem como sobre as comunidades que ele envolve.

### **2.1 Noções básicas de licenciamento ambiental**

Em 1981, o governo federal lançou a Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA) com a Lei nº 6.938/81, que criou o Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAM). Esse foi um marco jurídico da intensificação da política de proteção ambiental no Brasil, que se fortaleceu com a implementação da obrigatoriedade de realização de estudos de avaliação de impactos ambientais antes da execução de projetos e empreendimento potencialmente danosos ao meio ambiente.

Considerando que impacto ambiental é definido como (SEBRAE, 2015 p.5):

[...] qualquer alteração das propriedades físicas, químicas, biológicas do meio ambiente causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que afetam diretamente ou indiretamente a saúde, a segurança e o bem estar da população.

O Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) são essenciais antes de se proceder a determinadas intervenções no meio ambiente. Logo, eles se constituem como peças técnicas indispensáveis no processo de LA.

Com efeito, o processo de licenciamento ambiental deve ser entendido como um conjunto de medidas preventivas que ocorrem em diversas etapas e demandam estudos técnicos e científicos para identificar e eliminar ou mitigar, ou compensar impactos socioambientais negativos decorrentes de empreendimentos e projetos.

Seu objetivo principal é a proteção dos recursos naturais, e sua aplicação é necessária para qualquer ação ambiental que altere ou degrade o meio ambiente e/ou social, garantindo o cumprimento do Artigo 225 da Constituição Federal, que garante aos cidadãos “o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado” (SEBRAE, 2015, p.7).

Em regra, o processo de LA ocorre em três fases, das quais poderá resultar a concessão de três tipos de licenças por parte do órgão competente para a implantação do empreendimento. Cada licença envolve estudos e procedimentos complexos, e tem altos custos monetários (com logística e contratação de profissionais, por exemplo) para o empreendedor. Resumidamente, exponho as três etapas do processo no Quadro 1.

**Quadro 1 - Etapas do licenciamento ambiental**

<b>Etapa</b>	<b>Licença</b>
1. Elaboração de Termo de Referência (TR) para a avaliação de impacto ambiental	Licença Prévia (LP): corresponde à fase de planejamento do empreendimento, quando são realizados estudos para avaliar sua viabilidade e projetar sua implantação.
2. Elaboração do EIA/RIMA	
3. Audiência Pública para apresentação do Rima e oitiva da sociedade	
4. Plano Básico Ambiental (PBA): apresenta, detalhadamente, todas as medidas de controle (mitigação e compensação) e os programas ambientais propostos no EIA.	Licença de Instalação (LI): autoriza a instalação do empreendimento de acordo com o projeto aprovado na fase LP.
5. Atendimento às medidas propostas no PBA e às condicionantes determinadas pelo órgão licenciador	Licença de Operação (LO): autoriza a operação do empreendimento.

Fonte: Adaptado de (BRONZ 2011, p.35)

O processo de LA poderá ser de responsabilidade dos órgãos ambientais das instâncias federal (Ibama), estadual (Secretaria do Meio Ambiente, SEMA) ou municipal (Prefeitura), de acordo com o porte e a área de abrangência do empreendimento/projeto. De todo modo, ele só avança de acordo com a conclusão de cada fase, cujos prazos são variáveis, assim como a validade das licenças, que podem ser renovadas ou não, dependendo justamente do bom cumprimento das responsabilidades e dos resultados previstos em cada etapa. Quanto ao cumprimento das responsabilidades, é “importante ressaltar que os programas de medidas mitigadoras e compensatórias previstos nos EIA-Rimas só são concretizados de fato quando são transformados em PBAs”. (COHN 2010, p.40)

Os benéficos que um processo eficaz de LA pode trazer são diversos. Primeiramente, o acompanhamento e controle do projeto para que atenda às

condicionantes tem o mérito de fazer cumprir direitos previstos na Constituição Federal de 1988. Segundo a própria empresa responsável pelo empreendimento/projeto pode se valorizar, pois, uma vez legal, seu valor de mercado cresce.

Entretanto, de modo geral, os processos de LA envolvem problemas muito complexos e, perdendo eficácia, deixam de cumprir sua missão constitucional. Tais processos são eivados de relações conflituosas, na medida em que envolvem grupos com interesses distintos. É frequente, então, que os processos de LA se tornem objeto de contendas judiciais e extrajudiciais.

De um lado, o empreendimento, com ou sem apoio governamental, defende seus interesses econômicos. De outro lado estão as populações que sofrem impactos dos empreendimentos/projeto licenciados, e que, portanto, têm interesses contrários aos do empreendedor. Em meio a ambas as partes, estão os pesquisadores, técnicos e consultores que atuam no EIA-Rima. Em geral, como atesta (BRONZ 2011, p. 267):

Os atores estratégicos decisórios, segundo a classificação da consultoria, são aqueles que ocupam cargos nos órgãos com gerência direta sobre os procedimentos de licenciamento ambiental. Eles assumem, do ponto de vista formal, a função de árbitros, na medida em que detêm o poder, reconhecido institucionalmente e por todas as partes, de decisão sobre as forças antagônicas nos procedimentos de licenciamento.

Há, claro, técnicos que não se deixam subordinar aos interesses das empresas contratantes e procuram executar seus estudos da melhor forma possível, cumprindo as normativas previstas em lei, que visam assegurar o bem-estar daquelas populações.

## **2.2 O lugar do Estudo do Componente Quilombola no licenciamento**

A Portaria Interministerial nº 60, de 24 de março de 2015, dispôs normativas específicas para processos de licenciamento ambiental de projetos e empreendimentos que incidam em áreas ocupadas por povos indígenas e comunidades quilombolas, ou ainda em áreas de ocorrência de bens do patrimônio cultural do Brasil.

Nas CRQ, além do EIA-Rima, a referida portaria determina que se realize um estudo específico, chamado Estudo do Componente Quilombola (ECQ). Obedecendo à Sistemática do Processo de LA elaborada pela Fundação Cultural Palmares (FCP), o ECQ tem por objetivo subsidiar a proposição de medidas de mitigação e compensação de impactos socioambientais adequadas à realidade dos grupos sociais em questão. Para tanto, esse estudo deve considerar os impactos de atividades com ocorrência direta ou reflexa em comunidades quilombolas, levando em conta suas especificidades sociais, culturais, econômicas, a sua relação com o território e os recursos naturais, entre outros fatores.

Nesse tipo de estudo, os serviços de antropólogos são imprescindíveis. Normalmente, além dos conhecimentos específicos dessa área científica, o antropólogo atua como uma espécie de mediador entre o empreendedor e a comunidade onde se aplica o estudo. Isso porque, com experiências de tradução cultural, esse profissional acaba por auxiliar a comunidade local na compreensão dos processos de licenciamento. No caso do equivalente indígena do ECQ, o Estudo do Componente Indígena (ECI), (LOBAO, MORAES, 2016, p. 3) informa que:

O empreendedor, através das empresas de engenharia ambiental que desenvolvem o Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental (EIA/Rima) ou de outro procedimento de escolha, apresenta à FUNAI (no caso de ECI) o nome de um antropólogo, que deve ter experiência junto ao povo potencialmente afetado e não ter pendências na FUNAI de estudos anteriores de qualquer natureza.

De acordo com esse autor, os compromissos do antropólogo no ECI são três:

- 1 - Com o grupo indígena potencialmente afetado/impactado pelo empreendimento.
- 2 - Com o Termo de Referência (TR) que um antropólogo da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) elabora e acompanha.
- 3 - Com o empreendedor, que afinal de contas é o contratante (LOBÃO 2016, p. 1).

No ECQ, é a FCP que realiza os trabalhos de avaliação de resultados e de consulta às comunidades estudadas sobre sua concordância ou não com os resultados do estudo.

No ECQ, assim como no ECI, também há formas de a comunidade exercer certo controle sobre a atuação do antropólogo, muito embora este também realize trabalho fora do território quilombola, isto é, no “gabinete”, antes e depois do estudo de campo. A escrita do plano de trabalho, o calendário de atividades, a planilha orçamentária e, finalmente, os relatórios são algumas dessas produções. Mas, é no campo que muitas questões do trabalho se definem e então a relação com a comunidade é essencial.

Não por acaso, em dezembro de 2019, antes de eu ir a campo, os coordenadores do estudo já haviam ido a algumas comunidades em Óbidos, acompanhados de técnicos da Dossel (empresa responsável pelo ECQ, como veremos) para apresentar a proposta geral do estudo e mobilizar a comunidade para o início das atividades no mês seguinte.

### 2.3 O contexto do ECQ

O ECQ a que me refiro neste trabalho está sendo realizado no TQ Arapucu e no TQ Muratubinha, ambos situados no município de Óbidos, no Baixo Amazonas, oeste do Pará. A população das comunidades integrantes desses territórios será direta ou indiretamente afetada por impactos socioambientais da instalação de um linha de energia, e essa foi a motivação da realização do referido estudo. A seguir, no Quadro 2, apresento dados para identificar o empreendimento e as partes envolvidas. Já a Figura 1 representa a área do estudo.

**Quadro 2** - Identificação do empreendimento e das empresas envolvidas

<b>Identificação do empreendimento</b>	<b>LT 230 kV Oriximiná – Juruti – Parintins e Subestações Associadas</b>
<b>Empreendedor</b>	Parintins Amazonas Transmissora de Energia S.A.
<b>Empresa responsável pela construção do empreendimento</b>	Elecnor do Brasil S.A.
<b>Empresa consultora para o licenciamento ambiental</b>	Dossel Ambiental Consultoria e Projetos LTDA
<b>Empresa consultora para o ECQ</b>	Dossel, cuja terceirizada é a Quarteto, representada pelos consultores: Carlos Alexandre Plínio Barbosa dos Santos e Leonardo Gomes Santana, e os estagiários.

Fonte: ECQ, 2020

Figura 1: Mapa da área do estudo



Fonte: Google Maps

O TQ Arapucu, onde vive a comunidade homônima, tem 777,91 hectares e está em processo de titulação pelo INCRA desde 2006. Sua população é representada pela Associação de Remanescentes de Quilombo da Comunidade Arapucu (ARQUICA). Alguns moradores também fazem parte do Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Óbidos (STTRO) e da Colônia de Pescadores, Z-19.

O bioma local, conforme o ECQ (2020, 42), é dividido em três grandes ecossistemas: a floresta ombrófila densa dos planaltos (terra firme); as formações hidrófilas de várzea (áreas de várzea); e a floresta ombrófila densa aluvial, localizada nas áreas de transição entre as duas anteriores. O solo é arenoso, contendo uma mistura de piçarra barrenta que se transforma em lama após uma chuva forte. O ciclo de estações do ano de Arapucu é dividido em inverno e verão (calendário sazonal), e é responsável pela distribuição das atividades locais que influenciam diretamente na vida comunitária.

O acesso ao TQ, a partir da sede municipal de Óbidos, pode ser realizado por via terrestre e fluvial. Só conheci a via terrestre, uma estrada com cerca 18 km que percorremos, em 20 minutos aproximadamente.

A comunidade não possui sinal de telefonia móvel, exceto em alguns pontos mais elevados. Não existe pavimentação, e durante o período do ECQ, a prefeitura de Óbidos enviou maquinários para a recuperação das vias que, segundo os moradores, há muito tempo não recebiam serviços como tal. A comunidade não possui vias de esgoto, e a água vem do microsistema de abastecimento e é canalizada em todas as casas que visitei. Com a ausência da coleta de lixo, o principal destino dos rejeitos é um lixão que fica próximo à entrada da comunidade, pela estrada de acesso Óbidos-Arapucu. Alguns poucos moradores enterram e/ou queimam seu lixo. Iluminação pública se faz presente por todo TQ, exceto nas residências que ficam mais afastadas do centro comunitário.

As casas são, na maioria, construídas em alvenaria, embora haja outras feitas de madeira e alvenaria e algumas em alvenaria sem reboco. O TQ também possui uma Unidade Básica de Saúde (UBS); cinco igrejas (sendo uma católica, e as demais, evangélicas); uma escola de ensino fundamental.

Conforme os levantamentos iniciais do ECQ (2020, p. 13), as famílias quilombolas de Arapucu foram perdendo seu território para as grandes fazendas pecuaristas da região de Óbidos. Atualmente, a comunidade se vê confinada a uma área reduzida, formada por seis glebas de terras, em um aglomerado de casas, onde mora praticamente toda a população quilombola e não quilombola. Apesar da perda de terra, os quilombolas mantêm a cultura da roça tradicional de subsistência, e produção de farinha mandioca, a coleta do açaí, e a pesca artesanal ou comercial como sua principal atividade produtiva — esta última realizada no Lago do Arapucu e outros lagos próximos, bem como em pontos de pesca do Rio Amazonas. Alguns pescadores, porém, se aventuram em lagos próximos ao município de Terra Santa/PA, quase na divisa com o Estado do Amazonas. O extrativismo de frutos da mata é realizado de forma incipiente e, em geral, destinado ao consumo das famílias. A extração é feita nos pequenos remanescentes de mata próximos aos igarapés. O açaí e a bacaba são os frutos mais coletados pelas famílias, dentre outras.

O TQ Muratubinha, Mondongo e Igarapé-Açu dos Lopes é, de modo geral, bastante semelhante a Arapucu. Uma diferença está na sua composição, já que abrange as três comunidades que lhe dão nome. Sua dimensão também difere significativamente, com 21.910 hectares cujo título definitivo esperam obter por meio de processo em curso no Incra desde 2006, pela Associação dos Remanescentes de Quilombos Muratubinha, Mondongo e Igarapé Açu dos Lopes.

A programação inicial era acampar e pernoitar nesse TQ durante todo o período de trabalho, porém, uma vez informados sobre presença abundante de surucucus (uma cobra venenosa), nosso coordenador optou por nossa permanência no hotel, situado no centro de Óbidos, a fim de prevenir a integridade física da equipe.

Os deslocamentos para o TQ eram feitos em lancha disponibilizada pela Elecnor, com custeio do combustível pela equipe de ECQ. Após nosso café no hotel, geralmente às 7h 30 min, seguíamos até o porto do posto flutuante, Balsa Léa, onde encontrávamos a lancha com seus responsáveis à nossa espera. Com auxílio do app “Wikiloc” sugerido por Leonardo, consegui traçar a rota da viagem com alguns dados: 25,15 km de extensão, velocidade média 39,8 km/h, 37 min tempo decorrido, 14m elevação máxima e 6m perda de elevação. Conferir mapa de rota na imagem de código QR.

Figura 2: Rota Muratubinha-Óbidos



Fonte: aplicativo wikiloc. 2020

No percurso da viagem de todos os dias, passávamos por navios e balsas cargueiros (as). Notoriamente conclui-se que aquele trecho é rota de um fluxo de mercadorias intenso.

Figura 3: Fluxo de transporte de cargas no Rio Amazonas



Fonte: CARVALHO, Maykon. Jan. 2020

Os levantamentos do ECQ concentraram-se em Muratubinha, comunidade que deverá ser mais afetada por impactos do linhão. Ela não possui energia elétrica 24 horas fornecida pela Equatorial (antiga Celpa). Das quarenta e dois residências que visitamos, dez possuem energia de placa solar, seis de motor gerador e vinte e seis não possuem energia. A maioria das casas servidas por energia possui geladeiras ou freezer. Naquelas que não os possuem, os alimentos perecíveis e água são guardados em uma caixa de isopor com gelo, em cima de uma prancha flutuante que fica em seus respectivos portos. Sempre que preciso, alguém desce até a caixa para ir buscar alguma coisa.

Uma característica física desse TQ é a combinação entre áreas de várzea e terra firme. O solo é todo barroso e muito fértil, e ainda grandemente recoberto por matas fechadas que abrigam expressiva biodiversidade. O território, portanto, é favorável à agricultura, à pesca e até à pecuária. O cultivo de hortaliças é feito de modo particular, e a produção é escoada para venda na feira da cidade. Árvores frutíferas como goiaba, azeitona, cupuaçu, banana e maracujá também são abundantes. A pesca artesanal e comercial é praticada o ano todo, porém o seu maior fluxo ocorre no período do verão, sobretudo na região do Lago Grande. Em função da pecuária que praticam, as pessoas vivem em constante migração entre a

várzea e a terra firme, buscando pastagem para seus rebanhos. (EVANS-PRITCHARD 1978, p.25)

O gado é propriedade das famílias. (...) à medida que cada filho, por ordem de idade, atinge a idade matrimonial, ele se casa retirando vacas do rebanho. O filho seguinte terá de esperar até que o rebanho atinja sua força inicial para que se possa, por sua vez, casar-se. Quando o chefe da família morre, o rebanho ainda continua como centro da vida familiar e os Nuer desaprovam vivamente o fato de desmanchá-lo.

Na CRQ de Muratubinha existem alguns funcionários públicos, sendo uma Agente Comunitária de Saúde (ACS) e os demais vinculados à Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental, Professora Antônia Carvalho de Morais-Anexo. A estrutura da escola é toda em madeira, com telhas de barro e um banheiro social com fossa séptica, um poço e água encanada. O prédio possui uma instalação elétrica que era alimentada por doze painéis de placas solar, que segundo professora Vanderli, pararam de funcionar há mais de três anos, após técnicos da prefeitura retirarem as baterias para substituição.

A escola também contém um sino, que, ao ser tocado manualmente, funciona como campainha, marcando início e término das aulas dos turnos matutino e vespertino. O transporte das crianças para as aulas é feito por duas embarcações, um barco de médio porte com motor de centro e outro menor com motor rabeta. Essas embarcações pertencem a moradores da própria CRQ, que assumem contratos de prestação de serviços junto à Prefeitura de Óbidos para realizar o transporte de alunos. O barco maior faz o percurso mais longo, navegando inclusive às margens do Rio Amazonas, e o menor desce o Igarapé Muratubinha, sentindo oposto da “boca” (nome regional que intitula o início do igarapé saindo do Rio Amazonas). Ao presenciar um momento de saída das crianças da escola, contemplei-as, serelepes, ao embarcar nos transportes e acomodarem-se em seus lugares, e rapidamente os barcos saíram para seus destinos.

### 3 O ESTUDO DO COMPONENTE QUILOMBOLA DE ARAPUCU

Neste capítulo apresento as atividades realizadas no âmbito das pesquisas antropológicas que fizeram parte da elaboração do ECQ do TQ de Arapucu, correspondente à comunidade de mesmo nome. Comento, principalmente, sobre a entrada em campo e a rotina de trabalho nos levantamentos de dados, mas também sobre experiências inesperadas que o campo proporcionou, como a participação em uma festa tradicional na comunidade e a incursão em área de mata fechada. Por fim, elenco os possíveis impactos do empreendimento, tal como foram identificados nesta fase do ECQ.

#### 3.1 Primeiro contato com a comunidade Arapucu

Eram 16 horas de 24/01/2010 quando saímos para a comunidade de Arapucu (localizador: -1.871929,-55576054), 18 km distante do centro urbano de Óbidos. Ao entrarmos na comunidade, Leonardo, dirigindo o carro lentamente, nos repassou duas orientações básicas: 1) Manter sempre velocidade reduzida no perímetro da comunidade; e 2) Manter o máximo cuidado com os animais. Essas recomendações são necessárias para não gerar qualquer relação de conflito entre a equipe os moradores.

Chegando ao centro comunitário da CRQ Arapucu, avistei a igreja católica de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro e um barracão, agregado a uma praça de lazer às margens do Lago Arapucu (Figuras 4 e 5).

Figura 4: Igreja de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro



Fonte: CARVALHO, Maykon. Jan. 2020.

Figura 5: Lago Arapucu e, ao fundo, o centro comunitário



Fonte: CARVALHO, Maykon. Jan. 2020.

Era uma tarde ensolarada, e o lugar mais ventilado ficava ao lado da igreja, ao ar livre. Havia vinte e quatro pessoas que estavam nos aguardando. Fomos recebidos por elas, muito simpáticas. O presidente da associação dos moradores deu início à reunião, fazendo considerações iniciais sobre o assunto a ser tratado naquele encontro.

Finalizada sua fala, o presidente passou a palavra para a nossa equipe. Nossa apresentação foi iniciada por Carlos, seguido de Leonardo, que se antecipou e comunicou que Francione e eu éramos estudantes, estávamos lá para ajudar e aprender. Nós nos apresentamos, e, posteriormente os demais presentes fizeram a mesma coisa. Em relação à minha apresentação, foi nítida a mudança no olhar das pessoas, quando souberam que eu era um estudante estagiário. Até então, achando que eu representava uma empresa, algumas delas me perguntavam, curiosas, sobre questões técnicas que fugiam aos meus conhecimentos. No decorrer da reunião, porém, conforme os profissionais experientes apresentavam as ações que deveriam ser realizadas, eu também comecei a entender melhor meu papel.

Segundo a divisão das atribuições da equipe, Leonardo iria conduzir as pesquisas ambientais, e Carlos, as sociais. Por volta das 17 horas, um ofício da FCP para a comunidade foi lido em voz alta para os presentes. Esse documento informava sobre o plano de trabalho do ECQ, com a descrição das suas etapas, e apontava questões voltadas para a mitigação e a compensação dos possíveis efeitos do empreendimento.

A primeira providência tomada com a comunidade, após os informes da FCP, foi montar um cronograma com as atividades que seriam executadas durante os próximos cinco dias, a partir da segunda-feira 27/01/2020. A construção desse calendário aconteceu de forma coletiva, e ele foi programado de acordo com as atividades diárias e periódicas da CRQ de Arapucu.

Leonardo precisava de pessoas da comunidade para auxiliar nas pesquisas ambientais, apresentando-lhes os principais locais de roça, pesca, caça e coleta extrativista. Carlos, por sua vez, precisava ter contato com pessoas conhecedoras

da história de Arapucu para realizar entrevistas. Nós, estagiários também precisávamos de guias que nos conduzissem às casas das pessoas que se autorreconhecem quilombolas (uma vez que nem todos os moradores se autodeclaram assim) para aplicação dos questionários socioeconômico e cultural. Além dessas pessoas, todas residentes na própria comunidade, foi escalada uma cozinheira, que nos serviu almoço durante toda a semana de pesquisas. Essas pessoas receberam diárias (valor local) em função de suas atividades com a equipe, de modo a recompensá-las pela disponibilidade para nos ajudar, uma vez que o faziam deixando seus trabalhos e famílias para seguir conosco.

No cronograma foram incluídas atividades e dinâmicas baseadas em métodos e técnicas que, até então, eu desconhecia, uma vez que não são trabalhadas no curso de antropologia. Entre elas destaco a elaboração do calendário sazonal e do mapa falado, com que eu teria contato mais tarde. No mais, durante a reunião, fiz diversas anotações, registros fotográficos e observações, e claro, auxiliei a equipe no que pude. (GOLDMAN 2003. p.456)

A etnografia malinowskiana seria antes da ordem de uma espécie de “entredicção”: o etnógrafo deve articular os diferentes discursos e práticas parciais (no duplo sentido da palavra) que observa, sem jamais atingir nenhum tipo de totalização ou síntese completa. Nosso saber é diferente daquele dos nativos não porque seja mais objetivo, totalizante ou verdadeiro, mas simplesmente porque decidimos a priori conferir a todas as histórias que escutamos o mesmo valor.

Por um momento, conversei em particular com Catarina, técnica de enfermagem e responsável pela UBS local, que funciona como Posto de Saúde, uma vez que só existe ela de profissional para atender todas as demandas. Ela contou-me, de modo informal, que Arapacu é atualmente formada por 79 (setenta e nove) famílias quilombolas e 660 (seiscentos e sessenta) pessoas em toda comunidade.

Nesse primeiro momento achei a comunidade bem participativa. Fizeram questionamentos, deram opiniões e expuseram alguns conflitos internos existentes, protagonizados por famílias que se autorreconhecem e outras que não se autorreconhecem como quilombolas. Por fim, encerrando esse primeiro momento de atividade, que foi a elaboração do planejamento, agradecemos aos presentes e, ao deixarmos a reunião, ainda na comunidade, passamos na residência de dona Juceli,

que assumiria o posto de cozinheira, para acertarmos alguns detalhes: quantidade de alimento, diárias, etc.

De volta à cidade, chegamos ao hotel, e cada um seguiu para seu quarto. Após uns trinta minutos, seguimos para jantar em um quiosque ao lado da Praça do Centenário. O estreitamento da relação entre os membros da equipe avançava aos poucos. Assim, um momento antes do jantar ser servido, entre algumas cervejas e muita conversa sobre o campo, uma breve avaliação bem informal sobre o dia foi conduzida por Leonardo. Ao mesmo tempo, eu aproveitava para perguntar a Carlos sobre o papel da antropologia no licenciamento, que me respondia com toda atenção e clareza. Essa prática se tornou rotineira para nós. De antemão asseguro que foram as experiências e conversas informais (principalmente as da hora do jantar) que me impulsionaram a mudar o tema do meu TCC.

### **3.2 Pausa para festa**

Nas pesquisas antropológicas, de modo geral, entende-se que é necessário o convívio no local de estudos, para assim capturarmos de forma mais natural todas informações possíveis junto aos indivíduos e grupos com que interagimos. Seguindo esse raciocínio no ECQ, embora esse não seja um estudo etnográfico clássico, aceitamos o convite da família Sena, da comunidade de Arapucu, para prestigiar a Folia de São Tomé.

A Folia de São Tomé é realizada por um grupo de pessoas identificadas como foliões, que saem em romaria com uma imagem do santo (é o passeio do santo), visitando as roças dos comunitários. Na base dessa tradição, está a crença popular que São Tomé é o protetor das plantações. Na família Sena, essa celebração vem passando de geração em geração desde o ano de 1947.

Ao saímos de Óbidos rumo a Arapucu, passamos pela comunidade Sucurijú (localizador: 1°52'56"S 55°33'13"W), onde paramos para fazer alguns registros fotográficos. Sem muita demora, seguimos para nosso destino.

Fomos direto para a residência de dona Antônia Sena (localizador: -1.873532,-55.575100). Como mostra a Figura 6 uma casa avarandada na margem do Lago Arapucu, cheia de pessoas simpáticas e muito alegres, pois era festa! Ainda pela manhã, por debaixo das sombras das árvores, ficamos conversando com parentes e amigos da família anfitriã sobre diversos assuntos, de forma bem

descontraída. Nesses diálogos, todos da equipe iam extraindo informações crucias para o estudo.

Enquanto isso, outras pessoas executavam diversas atividades simultaneamente, como a preparação do almoço para todos os convidados e da iluminação para a festa que adentraria pela noite. Era notória a divisão de gêneros na distribuição das atividades: os homens cuidavam dos serviços externos e as mulheres dos trabalhos dentro da casa e da cozinha.

Uma atividade que chamava atenção era a ornamentação do mastro, que foi confeccionado em madeira com o comprimento de aproximadamente cinco metros e com a circunferência de 45cm. Palhas foram amarradas circularmente no tronco, encobrindo-o por completo. Por fim, com pequenos pregos, ataram-lhe sacolas penduradas por barbantes, contendo as frutas ofertadas para a festa. Assim, minutos antes do almoço, o mastro foi erguido com muito entusiasmo e foguetes, que anunciavam o ritual da “levantação do mastro” a toda a comunidade.

Finalmente, chegou o momento mais aguardado por todos naquela manhã: o almoço. Em uma mesa grande foram servidos os pratos com galinha caipira, arroz, macarrão e farinha, acompanhado de suco e refrigerante. Com uma mesa farta, Douglas Sena, membro da família e folião, pediu a aproximação de todos e fez uma oração em forma de agradecimento pelo alimento. Após o almoço, nossa equipe retornou para um breve descanso no hotel.

Figura 6: Residência de Dona Antônia



Fonte:CARVALHO, Maykon. Jan. 2020.

Figura 7: Ornamentação do mastro com palha



Fonte:CARVALHO, Maykon. Jan. 2020.

Figura 8: Adicionando frutas ao mastro



Fonte:CARVALHO, Maykon. Jan. 2020.

Figura 9: Condução do mastro para enfiar



Fonte:CARVALHO, Maykon. Jan. 2020.

Figura 10: Elevação do mastro



Fonte:CARVALHO, Maykon. Jan. 2020.

Figura 11: Mastro elevado



Fonte:CARVALHO, Maykon. Jan. 2020.

Figura 12: Panelão com galinha caipira



Fonte: CARVALHO, Maykon. Jan. 2020.

Figura 13: Mesa servida para almoço



Fonte: CARVALHO, Maykon. Jan. 2020.

Retornamos para a comunidade pouco após as 18 horas e, lá chegando, presenciamos a procissão dos foliões. Mulheres, homens e crianças portando roupas produzidas e enfeitadas artesanalmente caminhavam, conduzindo a imagem de São Tomé, cantando e tocando instrumentos de percussão e corda. Após um breve momento de oração, deram início à “derruba do mastro”.

Cada pessoa presente deu um golpe de machado no tronco do mastro, e as pessoas ausentes não deixaram de participar, pois alguém os representava oferecendo um golpe no mastro em nome delas. Quando o tronco caiu, uma pessoa tomou a bandeira que ficava na sua ponta superior, tornando-se responsável pela ornamentação do mastro no ano seguinte. Em seguida alguns homens levaram o mastro até a varanda da casa dos Senas e o deixaram sobre algumas cadeiras. Diante da imagem de São Tomé que estava sobre um altar, iniciaram a ladainha do santo — segundo eles, cantada parte em latim —, e após cerca de uma hora os presentes, um de cada vez, foram até o altar para agradecer, pedir e orar ao santo. Dadas as circunstâncias, as frutas do mastro foram distribuídas para toda comunidade participante do ritual, que depois seguiu para o jantar. No jantar, a preferência pelos lugares à mesa era dos foliões.

Figura 14: Procissão de São Tomé



Fonte: CARVALHO, Maykon. Jan. 2020.

Figura 15: Preparativos para derruba do mastro



Fonte: CARVALHO, Maykon. Jan. 2020.

Figura 16: Derruba do mastro



Fonte: CARVALHO, Maykon. Jan. 2020.

Figura 17: Devoção a São Tomé



Fonte: CARVALHO, Maykon. Jan. 2020.

Figura 18: Indumentária da foliã com folhas de maniva



Fonte: CARVALHO, Maykon. Jan. 2020.

Figura 19: Bumbo artesanal



Fonte: CARVALHO, Maykon. Jan. 2020.

Após a refeição, a festa seguiu com consumo de bebidas e música ao vivo. O clima não podia estar melhor e mais agradável para marcar o início dos trabalhos no ECQ. Foi quando me convidaram para tocar o teclado (de um modelo aprendiz), no qual permaneci até o horário de nossa saída da comunidade.

Figura 20: Tocando teclado na festa de São Tomé



Foto: Francione Santos

Dentre diversos ritmos que toquei, apareceram vários cantores, e quem comandou o repertório foi o público, que, por sua vez, lotou o “salão” dançando em pares. Até nosso coordenador cantou, e nós fizemos diversos registros audiovisuais desse momento ímpar. No tempo em que fiquei tocando, recebi carinho e gentileza de várias pessoas, fui me aproximando e estabelecendo uma relação de amizade com elas, o que, posteriormente, ajudou-me significativamente bem nos momentos de campo, literalmente. Às 22 horas retornamos para a cidade, e eu o fazia com uma maravilhosa experiência de aproximação com a comunidade.

### **3.3 Rotina de trabalho no ECQ**

A partir deste ponto, nossa rotina semanal seria de muito trabalho. De segunda a sexta feira, o primeiro encontro da equipe era no café do hotel, às 7h 30min. Em seguida, nos deslocávamos até a comunidade de Arapucu, na qual desenvolvíamos os trabalhos. Almoçávamos e só após as 20h 30min, geralmente, retornávamos para o hotel no centro de Óbidos.

Carlos, com indicações prévias fornecidas por comunitários, buscava entender a história da comunidade entrevistando os moradores mais antigos. Leonardo, conforme o cronograma, passava todos os dias da semana visitando os principais locais onde se realizam as atividades produtivas da CRQ Arapucu. Já minha função, juntamente com a colega de curso Francione Santos, era aplicar os questionários socioeconômico e cultural na comunidade, os quais continham 35 perguntas objetivas. Davi Ferreira, membro (Arquica), ficou em nossa companhia, guiando-nos e nos apresentando para os moradores, estabelecendo a harmonia em nosso primeiro contato com eles.

Com uma mochila equipada de remédios de primeiros socorros, água e lanche, de camisa mangas compridas, botas e chapéu de palha, minha primeira visita foi na casa de dona Luzia (localizador: -1.877238,-55.581779). Ao fim da temporada, eu e Francione completamos as visitas para aplicação dos questionários em 58 casas de 69 famílias, somando 248 pessoas que se autoidentificam como quilombolas.

Ao adentrarmos nos espaços privados, em todas as casas, as pessoas nos lançavam olhares curiosos, querendo saber quem éramos nós. Algumas famílias que se fizeram presentes nas primeiras reuniões já sabiam do que se tratava, mas em muitas outras não era assim. Era então que nosso guia nos apresentava. A abordagem era feita sempre com sorriso no rosto, saudando todos os presentes, eu particularmente fazendo alguma brincadeira popular para “quebrar o gelo”, perguntava pelo responsável da casa/família, que na maioria das vezes era a mulher.

Dentre diversos dados coletados, muitos deles se repetiam na maioria das casas. Ao chegar nas residências e ou locais de trabalho (algumas visitas foram realizadas em estabelecimento comercial), fazia uma breve análise visual do ambiente e com isso ganhava tempo ao deixar de perguntar o que eu já sabia, como: tipo de telhado, piso e material usado na construção das paredes.

Durante a aplicação dos questionários, sempre surgiam questionamentos das pessoas: Quando vão começar as instalações das torres? Esse linhão vai rebaixar e melhorar nossa energia aqui? Procurava responder da melhor forma possível, mas eram questões que estavam além dos meus conhecimentos. Na verdade, era eu que estava aprendendo sobre a notória preocupação das pessoas acerca da

implantação do linhão. Elas temiam que o empreendimento atraísse raios e trouxesse riscos à saúde das pessoas, em função de uma possível ação magnética. Também tinham receios sobre a intervenção que ocorreria na paisagem natural, dando muito enfoque para as nascentes do lago Arapucu, que garante a subsistência local.

Apesar do receio dos moradores, não sofri nenhuma retaliação e/ou constrangimento da parte deles. É importante notar isso porque, mesmo não sendo membros da empresa responsável pelo empreendimento, a nossa equipe era vista como uma aliada dela. Contudo, acho que conseguimos mostrar para as pessoas que nós estávamos lá para estudar o ambiente, coletar questões, catalogar tudo e solicitar as demandas comunitárias junto ao empreendedor, que estávamos lá para somar com a comunidade.

Ao longo das casas e realidades diferentes que encontrei, obtive vastos conhecimentos, fazendo jus ao ditado popular: “vivendo e aprendendo”. Descobri que chopinho se chamava *mini-bom*; perguntar era *proguntar*; lembrar era *alembrar*; e tudo de bom era só o *coco*. Também conheci alguns instrumentos utilizados na pesca local, entre eles, um remo de canoa de propriedade do sr. Luís Soares Alves, que segundo ele possui 40 anos, vídeo disponível em: [https://photos.google.com/share/AF1QipOvtWOEqYfplb6KI5AomBKcggwKz0nZ\\_XAzSqJPN8LOZbJcvwrbmtq25NBCiUr6Jw/photo/AF1QipMbeTKmzrv74WDCs2DoByLtBXE7y4NeMS3J8O\\_3?key=SWE4ZFhQeExWakdnbmdsdEIKVmJvbDFEaU1rU1ln](https://photos.google.com/share/AF1QipOvtWOEqYfplb6KI5AomBKcggwKz0nZ_XAzSqJPN8LOZbJcvwrbmtq25NBCiUr6Jw/photo/AF1QipMbeTKmzrv74WDCs2DoByLtBXE7y4NeMS3J8O_3?key=SWE4ZFhQeExWakdnbmdsdEIKVmJvbDFEaU1rU1ln)

Outros mostravam-me moedas antigas que guardavam, e contaram muitas histórias engraçadas, era notório o desejo das pessoas de nos encher de informações, e isso foi fantástico.

No link a seguir, Sr. Marivaldo de Arapucu, explica a utilidade de seus instrumentos de pesca. <https://photos.app.goo.gl/MoUDJtVKakeZugYi8>

Figura 21: Venda de mini-bom



Fonte:CARVALHO, Maykon. Jan. 2020.

Figura 22: Moedas antigas encontradas por moradores



Fonte:CARVALHO, Maykon. Jan. 2020.

Figura 23: Sr. Marivaldo apresentando seus instrumentos de pesca



Fonte:CARVALHO, Maykon. Jan. 2020.

Figura 24: Zagaia, para pesca de peixes de pequeno porte



Fonte:CARVALHO, Maykon. Jan. 2020.

Em uma pausa nos questionários, fomos conhecer o sítio onde a família Sena cultiva açai. Lá fica uma das nascentes que abastecem o Lago Arapucu.

Figura 25: Sítio da família Sena



Fonte:CARVALHO, Maykon. Jan. 2020.

Na volta passamos no local chamado “Pingo d’água”, onde há outra nascente que também abastece o Lago. Esse local é de difícil acesso, muito íngreme e escorregadio, porém vale a pena. A sensação que o paredão por onde a água pinga, nos repassa, é de muita paz. Há uma energia muito forte naquele local, e ao receber visitas, quanto maior presença humana for, o paredão aumenta o volume de pingos d’água.

Figura 26: Paredão por onde escorre água da nascente



Fonte: CARVALHO, Maykon. Jan. 2020.

As atividades matutinas encerravam-se por volta das 11h 30min. Em seguida, almoçávamos na residência de Dona Juceli e Sr. Marcelo. Após alguns minutos de descanso, retornávamos para os trabalhos vespertinos. Com acolhimento dos moradores, as atividades se tornavam cada vez mais fáceis. Numa das tardes de visitas, passamos na residência do Sr. Manoel, popularmente conhecido “*Natureza*”, que, de modo gentil nos ofereceu água de coco. Seu oferecimento não podia ser mais oportuno devido ao calor; aceitamos, bebemos e ainda levamos para suprir o restante do dia.

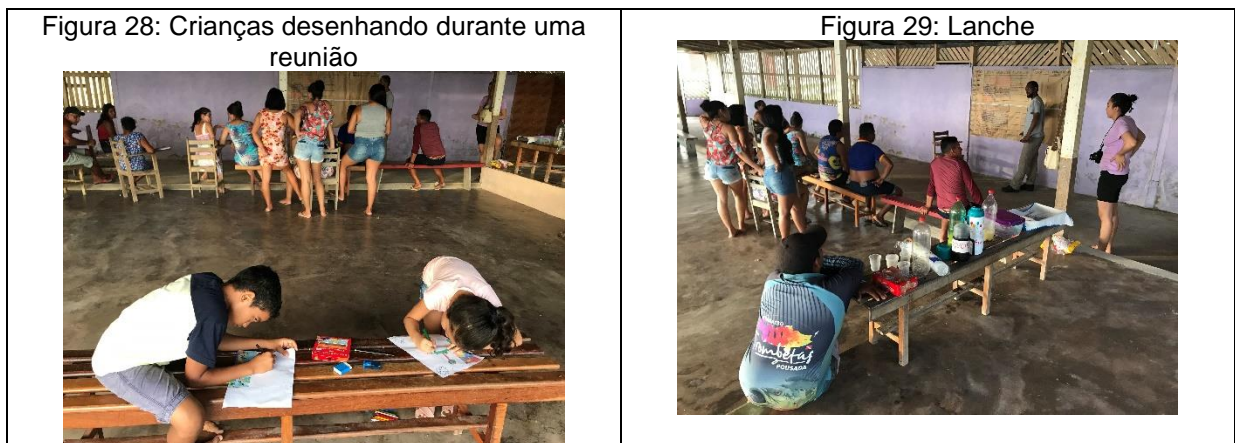
Figura 27: sr. Manoel e família



Fonte: CARVALHO, Maykon. Jan. 2020.

Durante as visitas nas casas, ao final da aplicação dos questionários, convidávamos os moradores para o encontro que ocorria ao final do dia, das 18 às 20 horas geralmente. Essa atividade, previamente planejada no cronograma de trabalho, reunia nossa equipe e os comunitários no barracão da praça. A ideia era passar o máximo de informação sobre o ECQ para a comunidade, que aderiu muito bem aos nossos métodos.

Durante a reunião, também de forma previamente combinada, fazíamos uma pequena partilha de lanches durante esses encontros, os quais eram subsidiados pela equipe e pelos moradores. O lanche era *self-service*, e permanecia disponível ao longo das reuniões. Para as crianças se entreterem, eram disponibilizados giz de cera, lapiseiras coloridas e folhas de papel A4. Elas desenhavam, e suas produções eram penduradas em um painel. A combinação de lanche e desenho era uma forma de tornar o ambiente mais agradável e assim conseguimos o máximo de atenção e produtividade no encontro. Essas reuniões diárias funcionaram muito bem.



Fonte: CARVALHO, Maykon. Jan. 2020.

O último encontro de trabalho na comunidade Arapucu foi um momento de fechamento de atividades, com a exposição dos impactos futuros e o esclarecimento de dúvidas existentes. Eu fiquei responsável pela redação da ata do evento, na qual posteriormente pude observar em maiores detalhes as pautas discutidas e estudadas.

### 3.4 A inesperada mata fechada

Para essa atividade, confesso que fui surpreendido. Não imaginava que, mesmo sem concluir a aplicação dos questionários, nosso coordenador Leonardo iria nos convidar para uma incursão na mata fechada. Saímos embarcados em uma voadeira, até a casa de roça da Sra. Elineia e do Sr. Fernando, que fica no topo de uma montanha localizada na cabeceira do Lago Arapucu. Em nossa chegada, no porto da residência encontramos um marco do Incra.

É importante relatar que lá não existe energia elétrica e muito menos sinal de telefonia. Ao chegarmos, Sr. Fernando estava ausente, porém encontrava-se pelas redondezas. Com nossa presença, a Sra. Elineia queria saber se o marido iria demorar, então fez contato com ele através de um grito muito forte que ecoou por toda floresta. A resposta foi imediata e veio da mesma forma. Os gritos de chamado e de resposta funcionaram como o “alô” convencional em uma ligação de telefone, seguido da transmissão de informações. Diante dessa prática rotineira e eficaz, me dei conta que estava vivenciando ensinamentos incríveis que levaria para a vida.

Enfim, da casa, que tinha somente com uma parede e telhado, partimos para a mata após um cafezinho preto. Antes de sairmos, Fernando preparou um apito de tampa de garrafa para chamar a caça quando estivéssemos na mata. Entre percursos íngremes e um ramal muito estreito, nosso guia Fernando tomava a frente da fila indiana, armado com uma espingarda calibre 20, pronto para capturar alguma caça que viesse aparecer.

Durante o percurso de aproximadamente 45 minutos, fizemos registros de locais como: armadilha para captura de caça, bebedouro de caça, suas rotas pela mata que são chamada de “varedas”, madeira para construção de casas e embarcações e uso medicinal, armadilhas para captura de aves, casa de roça de outros moradores e na volta, por locais onde realizam capturas de filhotes de papagaio para criação doméstica. Infelizmente não encontramos caça, mas deixo claro que a experiência foi muito proveitosa, embora os traquejos não surgissem como novidades para mim, uma vez oriundo do interior. Dentre diversas práticas, algumas já eram do meu conhecimento. (VELHO 1981, p.129)

Levando mais longe o exame das categorias de familiar e exótico, sem querer entrar em discussões de natureza filosófica, não há como deixar de mencionar os impasses sugeridos pelo existencialismo em relação ao conhecimento do outro. Não vejo isso como um impedimento ao trabalho científico, mas como uma lembrança de humildade e controle de onipotência tão comum em nosso meio.

Após essa experiência maravilhosa e muito cansativa, Davi nos convidou para um breve momento de lazer no Lago Arapucu, um banho para repor as energias. Nesse momento, pude me aproximar ainda mais daquele jovem experiente da região. Toda oportunidade para conhecer e extrair informações eram aproveitadas.

### 3.5 Conclusões do ECQ do Arapucu

O conjunto de atividades e experiências vivenciadas na comunidade Arapucu, especialmente a escuta atenta das percepções emitidas pelos moradores e o conhecimento dos espaços onde realizam suas práticas cotidianas, constitui a base para a projeção dos impactos — positivos e negativos — que o empreendimento deverá provocar, na comunidade.

Vale lembrar que, no caso de Arapucu, o linhão não passará por dentro do território quilombola, se for de fato construído, ao contrário do que ocorrerá no TQ Muratubinha, que será abordado no próximo capítulo. A seguir, o Quadro 3 apresenta os impactos identificados em Arapucu:

**Quadro 3 - Impactos previstos em Arapucu**

<b>Impactos positivos</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>1- Geração de empregos</li> <li>2- Melhoria das vias de acesso ao território</li> <li>3- Qualificação dos fornecedores</li> <li>4- Oportunidade para regulação fundiária/proteção territorial</li> <li>5- Oportunidade de fortalecimento institucional</li> </ul>
<b>Impactos negativos</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>1- Aumento do risco do uso de drogas lícitas e ilícitas</li> <li>2- Aumento da violência contra mulher e adolescentes</li> <li>3- Aumento do risco de contaminação por doenças sexualmente transmissíveis</li> <li>4- Risco de acidente nas vias</li> <li>5- Intervenções no meio físico</li> <li>6- Intervenções no meio biótico</li> <li>7- Especulação fundiária</li> <li>8- Concorrência por vagas de emprego</li> <li>9- Pressão nos equipamentos públicos (hospitais e escolas, por exemplo)</li> <li>10- Aumento da migração para a comunidade</li> <li>11- Aumento dos preços dos produtos</li> </ul>

Fonte: Trabalho de campo

Para cada impacto identificado, medidas mitigatórias e/ou compensatórias foram sugeridas em conjunto com a comunidade, mas ainda deverão ser aperfeiçoadas, e, então, poderão se tornar condicionantes ambientais para a realização do empreendimento.

Com esta etapa de trabalho concluída em Arapucu, no dia 01/02/2020, em uma manhã de sábado nublado, juntamente com Carlos e Francione, visitei alguns locais de referência na cidade de Óbidos: Forte, Praça da Matriz e Igreja de Sant'Ana e Catedral da Diocese. Fiz diversos registros fotográficos, e alguns especificamente de um mirante localizado aos fundos de um restaurante, com vista para o Rio Amazonas.

Figura 30: Estrutura na retaguarda do Forte de Óbidos



Fonte: CARVALHO, Maykon. Jan. 2020.

Figura 31: Mirante para o Rio Amazonas



Figura 32: Catedral de Sant'Anna



Fonte: CARVALHO, Maykon. Jan. 2020.

Por fim, fomos até a residência da família Sena, onde ocorreu a confraternização de despedida. As pessoas encontravam-se alegres e simpáticas, e novamente fizemos uma partilha de comidas entre todos os presentes. Com

algumas bebidas e salgadinhos, contemplamos uma apresentação teatral de jovens do TQ de Arapucu. Em seguida, houve muita música ao vivo tocada por mim e cantada por diversas pessoas. Esse momento foi para celebrar e selar o bom relacionamento construído ao longo dos dias de trabalho, entre nossa equipe e a comunidade.

## **4 O ECQ EM MURATUBINHA**

Neste capítulo apresento as atividades realizadas no âmbito das pesquisas antropológicas que fizeram parte da elaboração do ECQ do TQ Muratubinha em suas respectivas comunidades: Muratubina, Mondongo de baixo, Mondongo de cima, e Igarapé-Açu dos Lopes. Embora esse TQ compreenda as quatro comunidades citadas em seu nome, e ainda que todas sejam consideradas no ECQ, para fins deste trabalho acadêmico foco as observações na primeira, devido ao fato de ela ser a mais afetada pelo empreendimento do linhão, que é a razão do ECQ.

Como no capítulo anterior, abordo as atividades desenvolvidas desde a entrada de nossa equipe em campo; a rotina de trabalho nos levantamentos de dados e nas reuniões; e, finalmente, os possíveis impactos do empreendimento, tal como foram identificados nesta fase do ECQ.

### **4.1 O primeiro contato com Muratubinha**

Devido à chuva que caía na manhã de 03/02/2020, nossa programação atrasou, e a partida para Muratubinha só ocorreu às 8h 20min. Usamos uma lancha de médio porte (motor de popa Suzuki 90Hp) pilotada por Roger, um jovem natural da região, que trabalhava para uma terceirizada da empresa Elecnor. Claudionei, funcionário da Elecnor, também nos acompanhava. Devido ao atraso causado pela chuva, logo que entrarmos no igarapé da comunidade, já encontramos o Sr. Pedro em sua bajara. Ele, diante da nossa demora, resolvera ir em nossa busca. Ao emparelhar a bajara com a lancha, Francione, Carlos e eu, juntamente com o material para o almoço, seguimos com seu Pedro. Leonardo seguiu para o porto da residência do Sr. Edivaldo, que o levaria para o lago, principal ponto de pesca do TQ. Consigo eles levaram combustível, pão e bolacha para “matar a fome”.

De nossa parte, carregávamos água mineral, polpa de frutas, gelo, botija de gás e 20 litros de gasolina; nos demais dias, apenas água. Para o almoço, levávamos proteínas como carne e frango, que consumíamos alternadamente. Eu, ainda, tinha na mochila: protetor solar, uma necessaire de remédios de primeiros socorros, kit higiênico, rede de deitar, biscoitos, capa de chuva, remédio analgésico

e EPI, inclusive caneleira para proteção de picadas peçonhentas e o facão na cintura, do qual não me separei durante os dias subsequentes.

Após quarenta minutos subindo a margem direita do Rio Amazonas, chegamos ao Centro Comunitário de Muratubinha (localizador: -1.989667,-55.701561). Ao desembarcamos da lancha, Leonardo pediu para Roger nos aguardar por lá mesmo, já que, como funcionário da empresa construtora do empreendimento, logo diretamente interessada no licenciamento ambiental, ele não podia participar da reunião por questões éticas, inclusive previstas em cláusulas contratuais.

Minha primeira impressão de Muratubinha foi de uma comunidade típica da várzea amazônica, que alaga sazonalmente, e tem, por isso, todas as construções elevadas por palafitas a alguns metros do solo. Na chegada, avista-se o centro comunitário onde ficam a igreja da padroeira, Nossa Senhora da Conceição, e dois barracões interligados por palafitas, enfeitados com bandeirinhas na entrada

Figura 33: Centro Comunitário



Fonte: CARVALHO, Maykon. Jan. 2020.

Ao chegarmos ao barracão fomos recebidos por duas pessoas, Sr. Raimundo e Sra. Vanderli, lideranças do TQ contatadas previamente por Leonardo. Enquanto esperávamos por demais comunitários, Seu Raimundo, que é conhecido como “Galo”, passou a relatar um pouco sobre a comunidade. Apesar de seu jeito bem informal, pude sentir em sua fala que estava “com um pé atrás” na presença da equipe do ECQ.

Aos poucos, vinte e três pessoas juntaram-se a nós no barracão para iniciarmos a reunião. Primeiro, o ministro da palavra fez a oração do evangelho, pois era domingo, justamente no horário da celebração da palavra. Houve uma breve

homilia e um cântico de ofertório. Ao encerrar este momento, Leonardo apresentou-se, fazendo uma síntese das atividades que iriam ser desenvolvidas ao longo da semana. Gentilmente, ele pediu para todos se apresentarem.

Depois das apresentações, passamos à montagem do calendário das atividades. De forma divertida, executávamos o trabalho em conjunto com os moradores, que faziam pequenas pausas para contar histórias humorísticas, alegrando o ambiente. Contando com os comunitários de forma muito participativa, a reunião foi produtiva e hospitaleira. Houve muitas perguntas sobre o empreendimento e dúvidas que foram esclarecidas.

Como na comunidade anterior, em Muratubinha precisávamos conhecer pontos de caça, pesca, coleta extrativista e plantação, e recorreríamos à ajuda de pessoas com disponibilidade para nos guiar e levar até as casas para aplicação dos questionários. Sim, levar! Logo mais irei escrever em detalhes esta experiência. Além disso, precisávamos de alguém para fazer nosso almoço, de alguns moradores mais antigos para concederem entrevistas para o antropólogo Carlos Alexandre, e de um lugar para as reuniões diárias. O Quadro 4 demonstra a organização à que chegamos.

**Quadro 4** - Organização e divisão de tarefas

Guia de pesca	Edivaldo
Guia caça e coleta	Glaudinei
Entrevistas	Maria do Carmo, Maria de Lourdes, Manoel Brito, José Ramos, Boaventura, Tereza, Fátima e Francisca
Responsável almoço	Dona Tereza
Local das reuniões	Escola da comunidade

Fonte: Trabalho de campo

Além das atividades descritas, também ficou combinado que, no dia seguinte, levaríamos de Óbidos para Muratubinha 20 litros de gasolina, gelo, lanche e rancho. Reunião terminada, voltamos para Óbidos ao meio dia e tivemos folga após o almoço. A partir de então, nossos dias transcorreriam conforme a rotina que descreverei aqui, saindo de manhã cedo rumo à comunidade e retornando para

Óbidos por volta das 18 horas. A própria lancha não permanecia na comunidade, apenas nos deixava pela manhã e nos buscava no final do dia.

Em uma de nossas viagens de volta para Óbidos, uma comunitária solicitou uma carona. Nosso coordenador cedeu, porém, explicou que éramos proibidos de realizar essa prática por questões de segurança da própria comunitária, e também a fim de evitar qualquer risco de conflito de qualquer natureza envolvendo a equipe.

## 4.2 Rotina de trabalho

Como o acesso às casas em Muratubinha é mais demorado, porque demanda deslocamentos por água, o antropólogo Carlos Alexandre juntou-se a mim e Francione para avançarmos e ganharmos tempo nas aplicações dos questionários. Na verdade, dividimo-nos: Carlos e Francione, em uma embarcação; e eu em outra. As embarcações pertenciam ao Sr. Pedro e ao Sr. Manoel, que nos acompanharam todos os dias, demonstrando, em seus olhares e atitudes certo prazer em estar conosco, nos ajudando no estudo de interesse da comunidade.

Entre uma ou outra residência existe acesso terrestre, mas, na maior parte das visitas, tivemos que ir de casa em casa de rabeta, como exposto. O termo rabeta, utilizado pelos moradores, refere-se a um motor de popa móvel que é acoplado na parte traseira de uma canoa cujo tamanho varia de acordo com a potência do motor, mas que em média é de 4 a 6m de comprimento e 1,5m de largura. No caso de uma em maiores proporções, chamam-na de “barité”.

A impressão que tínhamos era de que a canoa era muito instável no momento do embarque e do desembarque, e que, a qualquer pisada em falso, ela afundaria. Sem medo algum, tudo aquilo estava sendo “um barato” para mim. Sendo neto e sobrinho de pescadores, aquela prática, aquela realidade dos moradores, aquele bioma, nada era novidade, a não ser a posição na qual me encontrava, a de pesquisador. Isso sim, era novo e inspirava algum receio relativo ao desempenho da função. (VELHO 1981, p.130)

Assim, ao estudar o que está próximo, A sua própria sociedade, O antropólogo expõe-se, com maior ou menor intensidade, A um confronto com outros especialistas, com leigos e até, em certos casos, com representantes dos universos de que foram investigadores, que podem discordar das interpretações do investigador.

Para chegar às casas propriamente ditas, a maior dificuldade (além de embarques e desembarques das canoas) era subir os barrancos. Com escadas improvisadas em solo escorregadio, subíamos um paredão de barro liso, que separava o nível do igarapé do solo das residências. As casas ficam entre 50 e 100m da “caída” — nome referente ao movimento da água que destrói os paredões — e a maioria delas possui uma passarela de acesso, um corredor de madeira elevado ao nível do assoalho da casa, onde logo se vê um balde com água para lavar os pés sujos de barro das visitas.

Figura 34: Balde com água para lavar pé



Fonte: CARVALHO, Maykon. Jan. 2020.

A receptividade, nas casas, foi a mesma que na comunidade anteriormente visitada. Tal como nossos guias, as pessoas sentiam que estavam colaborando com o estudo e mostravam-se muito atenciosas. A metodologia própria para iniciar o diálogo com os moradores repetiu o descrito em Arapucu.

Ainda, devido ao período letivo estar em vigor no período do ECQ, alguns servidores públicos responderam ao questionário em seu local de trabalho, na escola. Posteriormente eu me dirigia até a residência daquela pessoa para tirar o ponto de GPS e registro fotográfico do seu local de moradia.

A aplicação dos questionários era feita somente pela parte da manhã, seguida de um intervalo para o almoço e um breve descanso. Custeio pela equipe de ECQ, o almoço era servido na residência de Dona Tereza, esposa de Pedro. O cardápio variava entre galinha caipira (comprada de um morador), carne e peixe regional, acompanhado de feijão, arroz e farinha. Ao final da refeição, servia-se um suco, que na localidade não é visto como acompanhamento da refeição (como eu estava acostumado), e sim como sobremesa. Enfim, independentemente do que era

servido, Dona Tereza sempre teve todo cuidado e preocupação em dar o que tinha de melhor. Aliás, como também nos tratavam durante as visitas nas casas, sempre nos oferecendo algo para comer. Como Muratubinha é uma terra muito farta de frutas deliciosas, esse tipo de gesto das pessoas era fantástico.

### 4.3 Conhecendo um pouco a cultura local

A CRQ de Muratubinha possui uma rica cultura. Uma prática que me chamou atenção foi a de “tomar *bença*” das pessoas mais idosas, seja por vínculo de parentesco ou de respeito, tanto ao encontrar quanto ao se despedir delas. De modo geral, era muito importante ouvir essas pessoas, e elas ficavam felizes quando lhes era concebida total atenção. Durante as conversas, havia muitas menções a “remédios caseiros”, às trajetórias de vida e a ensinamentos dados aos filhos. Foi muito gratificante me sentir além de um estudante pesquisador. Em uma dessas casas, ganhei peixes e óleo de jenipapo.

Em posse do Sr. Raimundo, o famoso “Galo”, encontramos artefatos arqueológicos e moedas antigas, achados por ele mesmo às margens do Rio Amazonas. Entre os achados, registrei uma lâmina de machado, um pilão e cerâmicas. Entre as mais de quarenta unidades de moedas, de diferentes tamanhos e valores, vi algumas com símbolos da coroa portuguesa.

Figura 35: Artefatos arqueológicos e moedas achados no TQ



Fonte: CARVALHO, Maykon. Jan. 2020.

Também encontrei espigas de milho que, ainda com a palha, são guardadas da colheita anterior para se retirar suas sementes para a próxima plantação. Das espigas são aproveitados somente os grãos do centro; os das pontas são jogados para as galinhas. Essa prática serve para obter uma boa safra, conforme me explicaram.

- a) No dia 24/02/2020, voltando das visitas, pedi para Seu Manoel me ensinar a pilotar a canoa rabeta, e ele prontamente e gentilmente me ensinou. Meio sem jeito de me portar na canoa devido ao meu tamanho e ao material de EPI que levava, consegui chegar até a popa da embarcação. Após ouvir uma breve explicação de como regular o acelerador, como enrolar a corda na polia e depois puxar, conseguir fazer funcionar o motor, porém não me atentei para qual direção a proa da canoa estava voltada, e, pela falta de experiência, acabei jogando a embarcação no meio de uma vegetação aquática. Com muitos risos, Seu Manoel direcionou a canoa, e novamente tentamos. Dessa vez foi um sucesso. Pela tarde do mesmo dia, em um perímetro mais longo, novamente fiz outra pilotagem e dessa vez ocorreu tudo bem. Conferir vídeos em:

<https://photos.app.goo.gl/Kc9mEzXRwhgyskBAA>

<https://photos.app.goo.gl/cMkUFTwb6oVjSGKN9>

É importante relatar que também houve fatos nem tão agradáveis, como o que ocorreu com Seu Francisco. Estava eu em momento de descanso quando, subitamente, ele apareceu, usando um chapéu de palha e remando sua canoa. Logo, ele me perguntou: “Quem são vocês? O que vocês querem aqui?” Diante das perguntas feitas de forma incisiva e não muito amigável, fiquei surpreso, desconcertado e sem saber o que responder. Foi quando Carlos chegou e respondeu tudo. Convidamos ele a se fazer presente nas reuniões para entender todo ECQ. (VELHO 1981, p.124)

No entanto, a ideia de tentar pôr-se no lugar do outro e de captar vivências e experiências particulares exige um mergulho em profundidade difícil de ser precisado e delimitado em termos de tempo.

#### **4.4 Reuniões diárias**

Na parte da tarde, nossos trabalhos continuavam com as reuniões diárias que se estendiam das 15 às 18 horas, normalmente, nas dependências da escola de Muratubinha. Para acompanhar os trabalhos, sobre uma mesa pequena café, biscoitos e sucos ficavam à disposição das pessoas.

Distribuíamos-nos em uma sala de mais ou menos 24 m<sup>2</sup> para ouvir a comunidade, apresentar-lhe os impactos que a linha de transmissão deverá trazer para o TQ e, juntos, propor medidas que viabilizem a sustentabilidade ambiental e social de Muratubinha. As reuniões ocorriam divididas em pautas, sendo uma por dia. Utilizávamos as dinâmicas de Mapa Falado, FOFA e Matriz de Impactos, e aos poucos os resultados do estudo se concretizavam. Havia intensa participação dos comunitários, muitas dúvidas e perguntas como, por exemplo: O linhão iria passar

em cima de uma casa? Podemos utilizar o espaço embaixo das linhas de transmissão?

De forma clara e objetiva, Leonardo ia explicando às pessoas algumas informações cruciais para usarem a favor do TQ: SEMA/Biocultural (conhecimento cultural de modos de utilizações de espécies nativas, para qual tipo de doença serve determinado chá), Acesso sem Suspensão (quando não altera a vegetação), Ameaças e Impactos, Programas, Prevenção, Mitigação e Compensação. E assim por diante a comunidade foi tomando conhecimento sobre seus direitos. (LOBAO 2014, p.388)

Uma vez identificados impactos potenciais na dimensão cultural do grupo, não se poderia deixar de discutir a possibilidade do estabelecimento de linhas de ação [...]

Com um panorama muito agradável, entre os intervalos, absorvíamos alguns ensinamentos da comunidade indiretamente ao presenciar as conversas entre seus membros, às vezes fazendo apelo ao riso. De fato, os moradores de Muratubinha são muito alegres e brincalhões. Constantemente presenciamos inúmeras brincadeiras, ouvimos e aprendemos diversas piadas populares entre eles, principalmente nos intervalos para comer. Ouvi suas histórias sobre macacos, árvores que “abraçam e montam” em outras árvores, espécies de madeiras que são referência para construção de casas e outras que não são. No Quadro 5 juntei alguns dos termos ouvidos na comunidade.

**Quadro 5** – Termos do vocabulário local

Manaiara	Casca de árvore, seu chá serve para estimular pênis e lavar vagina
Manqueira	Rede de dormir
Ocupú	Cupuaçu
Defronte	Em frente
Galsa	Garça
Restinga	Pontos com elevação
Barité	Canoa grande
Baque De Fome	Muita fome
Macacolândia	Grupo de casas próximo de castanheiras de macaco
Batelão	Barco de grande porte
Abaquiado	Cansando
Bronquiar	Causar problema
Reveria	Quando não existe ninguém
Fita Da Memoria	Pensamento

Fonte: Trabalho de campo

Com falta de energia elétrica, um comunitário nos cedeu um motor gerador portátil para ligarmos o notebook e projetor, para apresentarmos o projeto para as 15 (quinze) pessoas que por lá encontravam-se.

Com exibição do telão no quadro branco da sala, o programa de computador permitia alterações no projeto, essas alterações eram comandadas pelos próprios moradores, que de acordo com suas realidades decidiam pela permanência ou não do projeto, que foi discutido gradativamente. Eles ficaram agradados com a tecnologia do programa que permitia a edição em tempo real, e paralelo a isso, opinando, participando com muito entusiasmo.

#### 4.5 Conclusões do ECQ de Muratubinha

Como ocorreu na comunidade Arapucu, a experiência em Muratubinha também foi muito produtiva. Muito aprendemos com os moradores, sobre seu lugar e seu modo de vida. Ficou claro que, se for de fato construído, o linhão provocará impactos significativos na comunidade. Passando por dentro do território quilombola, o empreendimento trará impactos diretos, o Quadro 6.

**Quadro 6** - Impactos previstos em Arapucu

Impactos diretos	1- 1600 m de acesso de construção de área sem vegetação 2- Instalação de dois atracadores no porto do TQ 3- Remoção e reinstalação de moradores 4- Supressão vegetal (desmatamento, com profunda alteração da vegetação local) 5 – Desmatamento da área de servidão (40 m <sup>2</sup> em torno da torre)
------------------	---

Fonte: Trabalho de campo

A proposta era encerrar essa primeira etapa, comemorando com algumas cervejas após a reunião. Infelizmente, por falta de tempo, não foi possível permanecer no TQ.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como narrei na introdução deste trabalho, a disciplina de Laudos e Perícias Antropológicas me proporcionou a primeira ida a campo durante toda a formação em Antropologia. A ida à comunidade indígena de Ipaupixuna, no interior de Santarém me provocou diversos questionamentos, sobretudo a partir da reunião com lideranças comunitárias que falavam dos prejuízos associados à presença de pessoas de fora, na comunidade. Eram sojicultores derrubando a mata, interferindo nos pontos de caça e coleta, enfim lhes causando grandes problemas. Mas, havia também a desconfiança declarada pelos moradores em relação a antropólogos. O conhecimento do conflito existente em Ipaupixuna, que tive por intermédio de uma breve aula de campo, me despertou para desafios da prática antropológica que foram ficando mais claros com experiência de campo no ECQ em Óbidos.

Senti nitidamente a desconfiança que paira entre a comunidade e o empreendedor, representado por seus funcionários. Percebi também que o primeiro impacto do empreendimento, antes mesmo de se iniciar, é os sentimentos de apreensão, ansiedade e desconfiança das pessoas do território em relação aos profissionais que vêm, afinal eles temem serem enganados.

O LA é uma área de atuação que depende dos serviços de vários profissionais. No caso dos serviços em antropologia, o profissional se insere diretamente no campo. É o antropólogo que faz o levantamento socioeconômico e cultural do território pesquisado, e é ele quem coordena um ECQ ou ECI.

Evidentemente exposto à mesma desconfiança que é dirigida a outros profissionais, o antropólogo atua diretamente com as pessoas que vão sofrer impactos dos empreendimentos. Mesmo sendo ele contratado pela empresa empreendedora, seus serviços devem se dar em favor da comunidade, orientando, pensando nas melhores medidas mitigatórias e compensatórias, que podem ou não ser aceitas. Com a visão de que “ele está do nosso lado” a comunidade lhe concede alguma confiança.

O período em que pude acompanhar o ECQ de Arapucu e Muratubinha correspondeu à primeira etapa do estudo, envolvendo pesquisas de campo. A ela se seguiram outras atividades como, por exemplo, tabulação de dados, elaboração de

mapas e redação de relatórios. Além disso, há previsão de retorno a campo para apresentar resultados às comunidades e consolidar entendimentos.

Na oportunidade que tive, fiz muitos contatos nas comunidades. Espero voltar em breve para ampliar os conhecimentos adquiridos e rever as amizades. Foram dias intensos, regados por muita experiência pessoal e profissional, que me impulsionaram a abraçar uma temática totalmente nova para o meu trabalho de conclusão de curso.

A experiência narrada surgiu para mim como um estágio, haja vista que já tinha outro tema para TCC. Em meio às atividades, fui me interessando de fato por tudo que estava vivenciando e compreendi que mudar a temática do trabalho permitiria expressar com mais autenticidade o que aprendi. Entre os aprendizados, destaco o conhecimento de que existem normas de LA, e que esse processo demanda estudos antropológicos. Assim, a cada dia, meu interesse por essa área de pesquisa aumentava, justamente porque conseguia agregar meus conhecimentos anteriores aos que estava vivenciando. Finalmente, este tema me fez visualizar várias possibilidades de continuidade profissional na antropologia, o que não era possível antes.

## REFERÊNCIAS

LOBAO, Ronaldo; MORAES, Patrícia L. **Conversa de surdos**: quando antropólogos avaliam laudos de antropólogos. Estudos de componente indígenas para a FUNAI. Novos Debates – Fórum de debates em antropologia, 2, p. 141-150, 2016.

COHN, Clarice; DE PAULA, Luis Roberto; DAOU, Ana Maria. Dociê Belo Monte. **Revista de Antropologia Social dos Alunos do PPGAS-UFSCar**. v.2, n. 2, p.224-301, jul. dez 2010.

EVANS-PRITCHARD, Edward. Os Nuer: Interesse pelo Gado. São Paulo: Perspectiva, 1978.

BRONZ, Deborah. **Empreendimentos e empreendedores**: formas de gestão, classificações e conflitos a partir do licenciamento ambiental, Brasil, século XXI. 2011. 504 f. Tese (doutorado em antropologia) Universidade Federal do Rio de Janeiro, Museu Nacional, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Rio de Janeiro, 2011.

CARVALHO, Luciana *et al.* Licenciamento ambiental de grandes empreendimentos: quais os limites para avaliação de impactos diretos e indiretos em saúde? Estudo de caso na Terra Indígena Wajãpi, Amapá. **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum.** Belém, v. 13, n. 3, p. 519-540, set.-dez. 2018.

LOBÃO, Ronaldo. Múltiplos significados para um condicionante etnoambiental: a resignificação do próprio estudo. **Revista Antropolítica**, Niterói, 2, n. 37, p.371-399, 2014.

CARTILHA SEBRAE. **Licenciamento Ambiental**. Cuiabá, 2015

DOSSEL AMBIENTAL CONSULTORIA E PROJETOS LDTA. Estudo componente quilombola. Linha de transmissão 230 kv Oriximiná-Juruti, CD, C1e C2/Juruti-Parintins, CD, C1 e C2. Parintins, 2020. Relatório.

GOLDMAN, Márcio. **Os tambores dos mortos e os tambores dos vivos**. Etnografia, antropologia e política em Ilhéus, Bahia. **Revista de Antropologia**, São Paulo USP, v. 46, nº 2, p. 446-476, 2003. canochapeu

VELHO, Gilberto. **Individualismo e Cultura**: observando o familiar. Rio de Janeiro: Zahar, 1981